



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1804441 - PR (2020/0328334-0)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
AGRAVANTE : GMA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ARTEFATOS PLÁSTICOS E METAIS LTDA
ADVOGADO : JAMIL IBRAHIM TAWIL FILHO - PR033033
AGRAVADO : FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

Cuida-se de agravo em recurso especial interposto por GMA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ARTEFATOS PLÁSTICOS E METAIS LTDA. com pedido liminar de atribuição de efeito suspensivo (fl. 145) contra decisão que inadmitiu recurso especial (fls. 129-130) que, por sua vez, foi apresentado ao acórdão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, assim ementado:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO FISCAL. NOMEAÇÃO À PENHORA. FATURAMENTO. SOCIEDADE EMPRESÁRIA.

Não demonstrado pela sociedade devedora qual o seu faturamento mensal e se o percentual por ela indicado é suficiente a satisfazer a dívida executada em prazo razoável de tempo, impõe-se indeferir a penhora sobre o faturamento a empresa.

Requer "atribuído efeito suspensivo, até posterior deliberação quanto a possibilidade de admissão do Recurso Especial" (fl. 145).

É, no essencial, o relatório. Decido.

De acordo com o que prevê o art. 300 do CPC, a tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo.

Em análise preliminar, não está configurado o *periculum in mora*. Em nenhum momento a agravante comprovou o risco de dano irreparável ou de difícil reparação no caso concreto, pois limitou-se a pedir, no agravo, a apreciação do pedido feito no recurso especial.

Dessa forma, não houve a demonstração de como o possível erro no julgamento proferido pelo Tribunal de origem reclamaria intervenção urgente, a fim de se evitar dano irreparável ou de difícil reparação.

Ante o exposto, indefiro o pedido de efeito suspensivo ao agravo em recurso especial sem prejuízo do ulterior juízo de admissibilidade do recurso pelo Ministro relator, a quem deve ser distribuído e encaminhado o processo, em razão de a hipótese dos autos não se enquadrar nas atribuições da Presidência, previstas no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 06 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente